

TRABALHADORES SE MOBILIZAM CONTRA A

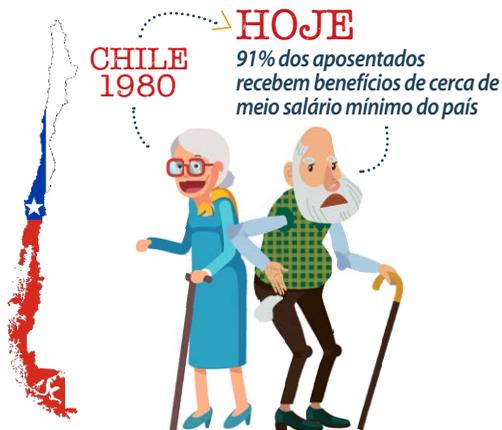
REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Diante da ameaça de uma reforma da Previdência que signifique o desmonte do sistema e coloque em risco a aposentadoria de milhares de trabalhadores, categorias de todo o Brasil estão se rearticulando numa ampla frente de resistência. O pontapé inicial dessa mobilização já foi dado. Em reunião no último dia 15, a CUT e demais centrais sindicais definiram pela realização de uma plenária nacional, marcada para dia 20 de fevereiro - quando será deliberado um plano de lutas unitário. O objetivo é organizar os trabalhadores e dialogar com a sociedade sobre os riscos das propostas sinalizadas pelo governo, como o aumento da idade mínima e a capitalização da Previdência.

CAPITALIZAÇÃO É TRAGÉDIA PARA OS TRABALHADORES

Na reunião, a CUT rechaçou a proposta de regime de capitalização da Previdência, que o governo quer adotar no Brasil para retirar direitos e favorecer o mercado financeiro.

O mesmo modelo foi adotado no Chile na década de 1980 e hoje, quase 40 depois, o resultado foi o empobrecimento e a miséria dos idosos chilenos: aproximadamente 91% dos aposentados recebem benefícios de cerca de meio salário mínimo do país, o equivalente a, em média, R\$ 694 - o piso nacional do Chile é de 288 pesos, ou R\$ 1.575,66.



No modelo de capitalização, cada trabalhador ou trabalhadora faz a própria poupança, que é depositada em uma conta individual, geralmente administrada por bancos ou Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs), como o caso do Chile, que podem investir no mercado financeiro.

A avaliação é de que, na prática, isso significa que o valor da aposentadoria de um trabalhador depende do rendimento que a conta individual dele tiver, sem contribuição dos empresários e do governo.

No final, a experiência mostra que o valor dos benefícios são rebaixados - uma tragédia para a classe trabalhadora brasileira.

● PÁG. 2

CAREF: DÉBORA É A MAIS VOTADA E ELEIÇÃO VAI PARA O SEGUNDO TURNO

● PÁG. 3

SOB ATAQUE LIBERAL, CAIXA COMPLETA 158 ANOS

● PÁG. 4

MANIFESTAÇÕES POR TODO O PAÍS MARCAM A LUTA CONTRA O FIM DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CAREF DÉBORA É A MAIS VOTADA E ELEIÇÃO VAI PARA O SEGUNDO TURNO

A candidata Débora Fonseca, militante sindical de base em São Paulo, foi a mais votada no primeiro turno da eleição para o Conselho de Administração (Caref) do Banco do Brasil, realizada de 2 a 8 de janeiro. Débora, que tem o apoio do Sindicato, recebeu 11.178 votos, seguida por Jair Antonio Pegorim Miller, executivo do BB, que teve 3.290 votos. A votação do segundo turno será de 25 a 31 de janeiro.

O atual ocupante do cargo, **Fabiano Felix**, também manifesta apoio a sua eleição, destacando a sua competência para a função. *“Pelo seu histórico e pela sua formação, entendendo que ela tem as condições necessárias e suficientes para representar todo o funcionalismo no Conselho de Administração do BB”*, avalia.

Débora defende a manutenção e fortalecimento do BB como empresa pública e principal agente de crédito para a retomada da atividade econômica, com geração de emprego e renda. Além disso, atuará junto com as entidades sindicais e representativas para defender os direitos, os salários e o emprego dos funcionários. Pela manutenção e fortalecimento da Previ, Cassi, Economus e Fusesc.



CAIXAS DO BB SÃO COBRADOS POR METAS PELA VENDA DE PRODUTOS

Desde o último dia 9, a direção do Banco do Brasil passou a cobrar da equipe de caixas executivos o cumprimento de metas na venda de Seguro de Vida, OuroCap e Crédito PF.

“Isso é um absurdo. A venda de produtos financeiros não é uma tarefa para os caixas. É uma função dos gerentes, ou seja, da área negocial do banco”, contesta o diretor da Fetec-CUT/CN **José Pacheco**.

O banco diz que o desempenho diário dos bancários será acompanhado por meio de relatório gerencial. A determinação vai contra as atribuições próprias da função e acaba atrapalhando o bancário na execução das tarefas. *“Pode trazer até mesmo prejuízo financeiro para o profissional, que terá que pagar caso haja erro no fechamento diário”*.

SINDICATO APOSTA EM MELHORES TEMPOS PARA O BRB CARD NA NOVA GESTÃO

Com a mudança na presidência do BRB Card o Sindicato espera que a nova gestão busque resgatar o respeito para com empregados da empresa, e recolocar a BRB Card nos trilhos dos bons negócios, com foco não só nos resultados para o conglomerado, mas também para valorização dos seus funcionários.

Mesmo não sendo representante legal dos empregados da empresa, o Sindicato sempre ofereceu apoio às vítimas dos desmandos da empresa, além de denunciar ao Ministério Público de Contas do DF, ao governo e à diretoria do BRB os fatos ocorridos durante a última gestão, que se destacou pelo empreguismo e aparelhamento da empresa com amigos.

Entre as ocorrências contra os trabalhadores, há casos de demissão: de uma empregada em gozo de estabilidade acidentária, de servidores que se candidataram a representantes dos funcionários e de uma empregada que acabara de voltar de licença maternidade. Leia o texto completo no portal do Sindicato.

SINDICATO SEGUE COM VISITAS ÀS AGÊNCIAS DO BRB



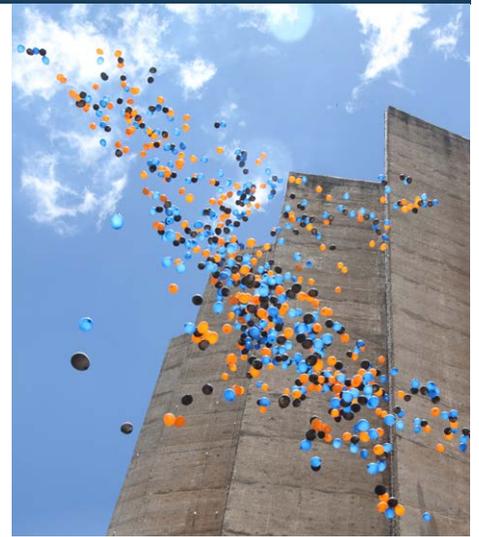
O Sindicato segue com as visitas às agências do BRB para levar informações de relevância aos bancários do Distrito Federal.

Essas atividades também têm como objetivo ouvir dos trabalhadores informações que acabam ajudando nas negociações do Sindicato com o banco. Além disso, servem para debater assuntos relativos à atuação do Sindicato, o papel do banco e a importância da presença dos delegados sindicais nas agências.

“Estamos à disposição dos bancários para esses encontros. Os interessados devem entrar em contato com a nossa Central de Atendimento e agendar a melhor data”, informa o diretor do Sindicato e bancário do BRB, **Cristiano Severo**.

Para o agendamento das visitas, basta enviar uma mensagem para centraldeatendimento@bancariosdf.com.br ou ligar para 3262-9090.

SOB ATAQUE LIBERAL, CAIXA COMPLETA 158 ANOS



A Caixa Econômica Federal chegou aos 158 anos no sábado 12 de janeiro. Principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, o que é de importância fundamental para o povo brasileiro, a Caixa pagou pelo programa Bolsa Família R\$ 118,1 milhões de benefícios, totalizando R\$ 21,5 bilhões de janeiro a setembro de 2018, segundo Relatório da Administração. O programa é fundamental para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar.

Os números acumulados até setembro do ano passado apontam que o banco foi responsável por realizar R\$ 138,9 milhões de pagamentos de benefícios, que totaliza-

ram R\$ 209,2 bilhões no período, sendo que o Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e o PIS corresponderam a R\$ 55,1 bilhões; aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram R\$ 74,0 bilhões; e os saques do FGTS chegaram a R\$ 82,1 bilhões, ao passo que a arrecadação do FGTS, nesse mesmo período, atingiu R\$ 89,1 bilhões, mantendo um equilíbrio entre arrecadação e saques.

A Caixa completa 158 anos no momento de uma total inflexão no papel do Estado na economia. Neste momento, fica clara a estratégia covarde e desalinhada com a maioria dos brasileiros, que mais uma vez declara ser contra as privatizações, com a nomeação de Pedro Duarte Guimarães. Ele assumiu a pre-

sidência da Caixa com o objetivo de diminuir a atuação da empresa, vendendo participações nas áreas de seguros, cartões, assets e loterias, privatizando-a em pedaços.

Contudo, nosso papel é o de resistir e impedir mais um ataque, celebrando a importância e a vitalidade da Caixa, desejando verdadeiramente "muitos anos de vida" servidos ao Brasil e aos brasileiros e brasileiras que mais precisam. Leia o artigo completo em bancariosdf.com.br.



EDUARDO ARAÚJO
É PRESIDENTE DO SINDICATO
DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA



No portal do Sindicato:



DIRETORA DA FETEC-CUT/CN, MARIA GAIA FALA SOBRE A CAIXA NO TV BANCÁRIOS DA TV COMUNITÁRIA.

FUNCIONÁRIOS REIVINDICAM E DIREÇÃO DO BANCO LIBERA USO DE BARBA NO BRADESCO



Atendendo reivindicação dos funcionários apresentada pela Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco, em reunião realizada no mês passado, a direção do banco liberou os trabalhadores de usarem barba, caso queiram, recuando de decisão anterior.

Segundo a diretoria, o uso de barba não é padrão da instituição, porém, não existe nenhum normativo que o proíba.

A reivindicação foi apresentada na reunião com o Departamento de Recursos Humanos do banco, que disse que o uso de barba nunca foi proibido e que tudo não passava de "uso e costume". "Por isso, o movimento sindical está acompanhando o caso e, se houver interesse do funcionário em manter a barba, não deverá haver restrição nenhuma", diz o diretor da Fetec-CUT/CN José Garcia.

Agora a questão da barba está equacionada, assim como a liberação da gravata (que entrou em vigor em setembro do ano passado), com exceção das ocasiões formais, em que o uso é obrigatório.

FUNCIONÁRIOS DO ITAÚ CONQUISTAM REAJUSTE DO PCR E DA BOLSA DE ESTUDO



Após negociações entre o movimento sindical e o Itaú, os valores do Programa Complementar de Resultados (PCR) e da bolsa de estudos foram reajustados, respectivamente, em 9% e 5%.

O valor do PCR, que será pago em setembro de 2019, passa de R\$ 2.662,66 para R\$ 2.900,00. A bolsa de estudo tem o teto corrigido para R\$ 410/mês. Em 2020, esses valores serão reajustados pela variação do INPC/IBGE, mais 1% de aumento real, conforme negociação da Campanha Nacional da categoria.

"A vitória veio depois de diversas reuniões da Comissão de Organização dos Empregados do Itaú, o COE, que continuará na luta, em 2019, por outras demandas em prol do bancário", afirma o diretor Robertinho Alves, representante do Sindicato nas reuniões.

O PCR é um programa linear, que contribui com a complementação da renda dos mais de 80 mil bancários do Itaú.

MANIFESTAÇÕES POR TODO O PAÍS MARCAM A LUTA CONTRA O FIM DA JUSTIÇA DO TRABALHO



O Sindicato participou na segunda-feira (21) de ato histórico em defesa da Justiça do Trabalho, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília. O protesto foi organizado pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) e Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas), com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), centrais sindicais e sindicatos de servidores.

Advogados, magistrados, procuradores e servidores participaram de manifestações em nove estados e 41 cidades. O objetivo é chamar a atenção para a importância da jus-

tiça trabalhista, que está sob ataque do governo federal, que quer a sua extinção, conforme declarou o presidente em entrevista ao SBT na primeira semana de mandato.

Marianna Coelho, secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato, que participou do protesto junto com outros diretores, convocou os bancários para a luta, especialmente para o dia 5 de fevereiro, quando será realizado um novo ato. *“Vivemos um momento de ataque aos trabalhadores, que foi ratificado pela reforma trabalhista em 2017 e vai perdurar neste governo”*, declarou.

Para Alessandra Camarano, presidente da Abrat, o desmonte não se dá apenas com a

extinção da Justiça do Trabalho, “mas com o fatiamento do Ministério do Trabalho, críticas pesadas feitas ao Ministério Público do Trabalho em relação ao seu poder de fiscalização, e a PEC 300, que altera o artigo 7º da Constituição naquilo que representa de mais importante para a classe trabalhadora”.

Segundo afirma a deputada federal Erika Kokay, o povo brasileiro ainda não fez o luto dos seus períodos traumáticos: do colonialismo, da escravidão e da ditadura militar. *“Esses pedaços estão todos os dias de forma muito viva no nosso cotidiano. Por isso, este ato também é em defesa dos direitos ameaçados e da democracia que está sendo linchada”*.

VIOLÊNCIA NÃO SE COMBATE COM POPULAÇÃO ARMADA. SEGURANÇA PÚBLICA É DEVER DO ESTADO

Apesar do governo ter citado o Atlas da Violência 2018 como justificativa para o decreto que visa flexibilizar o acesso às armas de fogo, o estudo produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta para a direção oposta. Publicado em junho do ano passado, o estudo mostra que o Estatuto do Desarmamento “interrompeu a corrida armamentista” e, “se não fosse essa lei, os homicídios teriam crescido 12% além do observado”.

De acordo com o estudo, cerca de 910 mil pessoas foram mortas com o uso de armas de fogo entre 1980 e 2016. Ao longo dessas três décadas

e meia, o crescimento dos homicídios no país foi motivado basicamente pelo uso das armas de fogo enquanto as mortes por outros meios permaneceram constantes desde o início dos anos 1990. Em 2003, quando o Estatuto do Desarmamento entrou em vigor, o Brasil atingiu um índice de mortes por armas de fogo de 71,1%, aproximando-se das taxas registradas por países como El Salvador (76,9%) e Honduras (83,4%).

Segundo o estudo do Ipea, “o enfoque no controle responsável e na retirada de armas de fogo de circulação nas cidades deve, portanto, ser objetivo prioritário das políticas de segurança pública”.



Em seu perfil no Twitter, Sindicato aponta contradição do decreto